



Mário Abrantes

Autonomia com dois sentidos, ou com nenhum?

Face às consequências do incêndio que deflagrou no princípio do mês no Hospital de Ponta Delgada, Paula Santos do PCP exortou, na Assembleia da República em 17 de maio, o governo central a cumprir as suas obrigações de solidariedade para com a Região. Tal como aconteceu com a passagem do furacão Lorenzo em outubro de 2019, em que o Estado, através do governo da república de então se comprometeu, e bem, com uma cobertura solidária de 85% dos prejuízos, o mesmo, como defendeu o Governo Regional, deverá acontecer (já foi, entretanto, anunciado) na sequência deste incêndio, o qual afetou também gravemente infraestruturas básicas de serviço público nos Açores.

Qualquer destes apoios solidários extraordinários constitui, sem dúvida alguma, obrigação natural do Estado e ambos em nada beliscam a existência e o exercício da Autonomia Político-Administrativa de que os Açores são, graças ao 25 de Abril, legítimos detentores e usufrutuários.

No lastro do aniversário da Região faz, no entanto, todo o sentido recordar que a Autonomia dos Açores possui um conteúdo e uma substância próprios que não se coadunam com oscilações de oportunidade e de valor, consoante a variação conjuntural das circunstâncias ou das áreas de competência própria. Assim faz pouco sentido que quase um mês antes dos graves acontecimentos no hospital de Ponta Delgada e apertado por sabe-se lá que tipo de pressões, o presidente do governo, José Manuel Bolieiro, tenha vindo à liça defender uma tese um pouco estranha e manhosa: a tese de que os sobrecustos da saúde no arquipélago, motivados pela descontinuidade e dimensão territoriais, obri-gariam à participação regular e direta do Estado no Serviço Regional de Saúde “porque somos um Estado de uma cidadania única” (sic).

Vamos lá ver, não há qualquer novidade em sermos um Estado e uma cidadania únicos, todos sabemos disso, mas, em simultâneo, somos um Estado que comporta duas regiões político-administrativamente autónomas por possuírem características geográficas próprias e específicas, neste caso por serem ilhas dispersas e distantes do continente, e mesmo entre si, donde decorrem importantes sobrecustos gerais com vista a assegurar o exercício igualitário da cidadania e do funcionamento da economia.

Daí as duas Regiões possuírem um estatuto, um orçamento e uma lei de finanças próprios, onde o Estado garante as transferências financeiras consideradas necessárias para o exercício autónomo das suas competências descentralizadas, como é o caso da saúde. Poderá ser discutível, como é, o atual teor da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, mas não faz qualquer sentido, no entanto, sem que isso afete e até restrinja mesmo a própria autonomia política dos Açores, estar a exigir apoios financeiros sectoriais correntes do Estado para as áreas de competência da Região. Muito menos se em paralelo, olharmos para a justiça comparada, em sentido inverso, das atuais legítimas reivindicações açorianas sobre a partilha da gestão de uma área não regionalizada, como é a do território marítimo do arquipélago.

O que não lembra ao diabo, e constitui quase certamente uma das causas desta atual, e bem prejudicial, incoerência reivindicativa da Região junto da República, é a travagem financeira do investimento público (saúde incluída) devido à opção política de endividamento 0 do governo de Bolieiro, pese embora a folga de endividamento regional ser de momento suficientemente larga para não comprometer o futuro...



Teresa Nóbrega*

HDES: Uma Morte Anunciada

Por várias vezes nas crónicas publicadas neste jornal alertamos para o estado de abandono a que fora votado o Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada (HDES). Abandono esse que punha em causa a qualidade do Serviço Regional de Saúde na ilha de São Miguel, onde reside mais de metade da população dos Açores. Mas nunca, nem nos piores cenários, poderíamos imaginar o colapso desta unidade de saúde, obrigando à evacuação em emergência de todos os doentes e de todos os profissionais que deles cuidavam e ao encerramento por tempo indeterminado daquele que, imagine-se, é o hospital central dos Açores, forçando o Governo Regional a declarar o estado de calamidade pública em toda a Região Autónoma dos Açores.

Mas, na realidade, há muito que o Hospital de Ponta Delgada tinha morte anunciada. Em Dezembro de 2020, Clélio Meneses, Secretário Regional da Saúde do novo Governo Regional PSD-CDS-PPM, que chegava ao poder após 24 anos de governos PS, após visita ao HDES deixou o alerta “O Sistema Regional de Saúde está próximo do colapso”.

Em Julho de 2023, quando os autarcas micaelenses se reuniram com José Manuel Bolieiro para exigirem uma “reflexão séria” sobre o desenvolvimento da ilha que estava (e está) a ficar para trás, o Presidente do Governo referindo-se à área da Saúde, defendeu a requalificação dos Centros de Saúde da Lagoa, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo e reconheceu que o HDES estava “há muitos anos abandonado na capacidade de dar resposta aos cuidados de saúde”, não assumindo no entanto nenhum compromisso para reverter essa situação.

Perante este cenário, é no mínimo inacreditável que a Secretaria Regional da Saúde que nesse mesmo ano de 2023, ou seja, o ano passado, tenha sido uma das três Secretarias regionais que apresentaram as mais baixas taxas de execução do Plano e Orçamento para 2023.

A taxa de Execução da Secretaria da Saúde foi de 63,7% , executando apenas 37,2 milhões de euros dos 58,5 milhões alocados. Quando em Novembro desse mesmo ano de 2023 a Secretária Regional da Saúde reconheceu “o estado de degradação em que se encontrava o HDES. Já depois do incêndio o Presidente do Governo admitiu que “precisamos de compreender no domínio político a im-

portância de olharmos para a situação ao longo de todos estes anos dos nossos equipamentos”.

Na hora da verdade Mónica Seidi, Secretária Regional da Saúde, admitiu que o sistema elétrico do HDES, já com 30 anos, estava completamente obsoleto. Para os profissionais de saúde do hospital e para muitos doentes o facto era bem conhecido através das frequentes falhas de energia em diversas áreas do hospital, obrigando muitas vezes à repetição de exames de imagiologia interrompidos por falta de energia elétrica.

Dois acontecimentos graves foram o prenúncio do que viria a acontecer no HDES. Em Outubro de 2015 uma avaria elétrica com gravidade no quadro geral de baixa tensão provocou um apagão geral de várias horas no Hospital de Ponta Delgada. Mais recentemente a câmara hiperbárica incendiou-se com os doentes lá dentro em pleno tratamento. Só não aconteceu uma tragédia porque foi no início do tratamento e ainda havia pouco oxigénio no interior da câmara.

Como disse o deputado Almeida e Sousa na Assembleia Regional, existem reservas em abordar os problemas de São Miguel no parlamento açoriano. Os deputados eleitos pela ilha não se assumem num arquipélago dominado pelo dito “É tudo para São Miguel”. Agora a ilha com mais de metade da população nem hospital tem. Esta Autonomia não serve para São Miguel.

Longe vão os tempos em que um incêndio calamitoso era encarado com fatalismo e resignação. Hoje vivemos a era da segurança, em que tudo ou quase tudo está previsto. E quando algo falha investiga-se as causas e a identidade dos culpados, pois, como diz a sabedoria popular, “a culpa não pode morrer solteira.

O acontecido no HDES tem causas que nenhuma das muitas capas do Senhor Santo Cristo dos Milagres consegue esconder. Um hospital votado ao abandono, com equipamentos obsoletos, em fim de vida e com problemas de manutenção. Um hospital que não deu o passo para a modernidade.

São todos culpados. Anteriores e actual Governo. E os deputados eleitos pela ilha de São Miguel.